



ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE  
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA



# ASFIC/PJ

Exmo. Senhor Secretário de Estado da Justiça

Exmo. Senhor Director Nacional da PJ

Exmo. Senhor Presidente do CESP

Exmos. Senhores representantes de todas as entidades aqui presentes

Exmos. Senhores convidados

Caros associados

Terminou o VI Congresso Nacional da ASFICPJ. Começou um novo ciclo na vida sindical da ASFICPJ e, **quero acreditar, um novo ciclo na vida da Polícia Judiciária.**

Este congresso aprovou dois grandes objectivos estratégicos, um de natureza puramente laboral, outro que diz respeito ao futuro da Polícia Judiciária:

- **Cumprir o caderno reivindicativo**
- **Construir um novo paradigma para a Polícia Judiciária**

Dos objectivos reivindicativos constantes no caderno reivindicativo vou salientar apenas um, que não é uma reivindicação remuneratória, pois trata-se tão-somente de **uma devida e legítima reparação de uma arbitrariedade e indignidade que vem sendo cometida pelo Ministério da Justiça** de há 20 anos a esta parte, sobre todos os funcionários de investigação criminal da PJ.

Refiro-me aos 25% do valor da remuneração base que a lei classifica como inerente à nossa disponibilidade funcional, que os sucessivos responsáveis do Ministério da Justiça, em contencioso jurídico, têm vindo, reiteradamente, a alegar terem sido pagos em 1990, apesar de em privado, muitos deles, terem admitido não corresponder à verdade.

Exmo. Senhor Secretário de Estado da Justiça



**ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE  
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA**



# ASFIC/PJ

Não fica bem a responsáveis por uma Casa de Direito - como deveria ser o Ministério da Justiça - defenderem, na barra dos tribunais, o suposto «interesse público», **com argumentação que à partida sabem ser falaciosa.**

Não posso deixar de salientar, justiça seja feita, a bem patente surpresa do Senhor Ministro da Justiça, quando lhe exprimimos, na última reunião, no passado dia 19 de Janeiro, o que agora acabei de afirmar e a prontidão com que respondeu que se assim fosse seria o primeiro a empenhar-se na reparação de tal injustiça.

Acreditamos sinceramente na seriedade deste Ministro da Justiça.

Exmo. Senhor Secretário de Estado da Justiça

Contamos entregar na próxima reunião, ao Senhor Ministro, um relatório com um conjunto substancial de elementos probatórios e de direito que demonstram, cabalmente, que este valor de 25 % nunca foi efectivamente pago.

Este relatório, sugerido pelos advogados presentes no «1º Encontro Nacional de Advogados da ASFICPJ» vai servir, também, para fundamentar 4 tipos de acções contenciosas para os tribunais portugueses e 1 para uma instância europeia, caso venham a ser precisas.

Como é óbvio, seria bem mais agradável se pudéssemos vir a dispensar toda esta artilharia jurídica, mediante uma resolução razoável e satisfatória dos problemas, mas, infelizmente, muitas vezes, para se conseguir a paz, é preciso preparar a guerra, como bem ensinou o grande estratega geopolítico Winston Churchill.

Este é somente um dos vários aspectos laborais que queremos ver resolvido.

**Esta direcção da ASFICPJ quer ajudar a construir um novo paradigma para a PJ. Porquê?**



**ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE  
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA**



# ASFIC/PJ

Muito simplesmente, porque a opinião pública já não crê no poder político, na segurança interna, nos tribunais, na investigação criminal que se faz em Portugal e já começa a descrer na própria PJ...

**Na PJ vive-se neste momento um ambiente típico de organizações sem visão, onde apenas se gere o presente e não se ousa pensar em enfrentar o futuro.**

**O que viemos dizer a este congresso é que não há nenhuma inevitabilidade negativa no futuro, se reagirmos a tempo e adequadamente.**

Mas, a verdade é que não conseguimos ler um único sinal positivo na realidade actual:

Na última legislatura o mundo judiciário assistiu impotente a uma invasão, em larga escala, de áreas da Justiça, por parte da Administração Interna.

A LSI, a LOIC e a regulamentação do SIIC foram desenhadas à medida das concepções e conveniências dos adeptos de uma Polícia Nacional, mesmo que eles hoje se escondam atrás de uma postura politicamente correcta, acostados à política do governo.

O OPJP considera vital conseguir uma «clara redefinição de papéis dos diferentes OPC e do MP no âmbito da investigação criminal», o que não deixa de ser uma crítica clara à LOIC (de 2009), que representa, de facto, um claro retrocesso relativamente à de 2000.

O Secretário de Estado da Justiça Dr. João Correia validou as críticas do OPJP, ao sublinhar que «a investigação criminal tem de ser alterada», Mas, acentuou, o «nó górdio do problema» está na «desconexão entre a PJ e o MP»

Uma magistrada do MP (ex DNA desta PJ) referiu publicamente que existe uma acentuada «sobreposição de competências entre o MP e a PJ» e um eminente Professor de Direito (António Calado) considera que os DCIAP's e os DIAP's não são mais do que meras réplicas das Direcções Centrais da PJ.



ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE  
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA



# ASFIC/PJ

Todas estas posições questionam o modelo de relacionamento da PJ com o MP, num contexto de crescente fragilização e subalternização da PJ no sistema de segurança interna e de justiça.

O pano de fundo em que se vai debater o modelo de investigação criminal é o de um forte sentimento de crise da justiça, marcada por conflitos institucionais, de muitas suspeições sobre os vários responsáveis pelo sistema de justiça, aqui incluídos os da Polícia Judiciária.

Na opinião pública (incluindo a especializada) sedimenta-se a ideia de que as «altas» magistraturas estão a funcionar como uma parede protectora da corrupção política. Este clima de suspeição atinge o MP (PGR, DCIAP...) e a própria independência da Polícia Judiciária não consegue sair incólume.

Cresce assim na classe política, operadores judiciais, meios académicos, editorialistas, colunistas e «opinion makers», o campo dos defensores da urgência e da necessidade de modificação radical dos critérios de nomeação dos órgãos de topo das magistraturas...

O debate desta e de outras questões vai acabar por tocar na PJ e a ASFICPJ precisa de ter também uma posição sobre a nomeação do Director Nacional da PJ. **Este deve ou não deve ganhar distância do poder político deixando de ser nomeado pelo Ministro da Justiça, para passar a ser nomeado por uma entidade judiciária?**

Não temos ainda uma posição oficial sobre muitas questões aqui afloradas, vamos procurá-la, rapidamente, junto daqueles que representamos

Mas temos ideias estruturantes, muito concretas, que não são de efeito meramente sensacionalista, para anestesia da opinião pública, como tem sido a acção dominante dos governos, sobretudo na segurança interna, nos últimos anos:



**ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE  
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA**



# **ASFIC/PJ**

**A PRIMEIRA - A necessidade urgente de um fortalecimento do Sistema de Justiça e do Sistema de Segurança Interna, que potencie sinergias entre os dois sistemas, numa visão clara de complementaridade, mas sem indesejáveis sobreposições ou confusão de papéis, que possam colocar em risco a independência da investigação criminal e a própria credibilidade do estado.**

**A SEGUNDA - A recuperação urgente para a esfera de uma entidade judiciária de domínios que indevidamente foram colocados na esfera de uma entidade subordinada politicamente (SG-SSI), como seja, a centralização da informação criminal e a coordenação operacional dos OPC'S, na investigação criminal, bem como de incidentes tático - policiais, sempre que estes se conectem com criminalidade organizada, pelos mesmos motivos acima enfatizados.**

**A TERCEIRA - A devolução urgente à PJ - pela sua história, pelo seu «saber - fazer», pela sua cultura profissional profundamente arraigada aos princípios do Estado de Direito democrático, pela sua especialização e rigor em tudo o que executa, pela sua isenção, pelas qualidades evidenciadas à sociedade, contra todas as tentativas de pressão e manipulação, apesar de todo o tipo de entraves legais e outros, da falta de recursos, etc., das competências de execução e coordenação nos domínios referidos no ponto anterior, estendendo o conceito «UCIC» a todo o tipo de criminalidade, no âmbito de um modelo de supervisão do sistema na esfera de uma entidade judiciária, que convenhamos, no actual quadro constitucional só pode ser o MP.**

Exmo. Senhor Secretário de Estado da Justiça

**Criem as condições para cessar a proliferação de EQUIPAS ESPECIAIS em crimes de competência da PJ, sem a PJ.**



**ASSOCIAÇÃO SINDICAL DOS FUNCIONÁRIOS DE  
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA JUDICIÁRIA**



# ASFIC/PJ

**Criem antes as condições necessárias para a PJ voltar a ser, no seu todo, a grande EQUIPA ESPECIAL do MP.**

Senhor Director Nacional da PJ

O VI Congresso da ASFICPJ terminou com um conferência subordinada ao tema «O Sindicalismo Policial e Judiciário como Pilares da Democracia»

Este tema não foi inocente.

Hoje começam a aparecer demasiados sinais de um anti-sindicalismo primário contra os sindicatos na área da Justiça.

Na PJ, há muito tempo que não tínhamos conhecimento de comportamentos ostensivos de perseguição sindical... mas, e agora?!

**Ficamos estupefactos com uma recente e inédita decisão de um responsável de unidade territorial da PJ de mover, sem motivo justificado, um funcionário de investigação criminal, pelo facto de acumular a função de dirigente sindical.**

Senhor Director Nacional da PJ

É preciso cortar rente qualquer tipo de comportamento anti-sindical sob pena de estarmos a cercear o exercício de um direito constitucionalmente protegido.

**Que tipo de dirigentes podem almejar a ter na polícia uma máquina domesticada, amedrontada e cega. Porquê e para quê?**

Obrigado pela vossa atenção

O Presidente Nacional

Carlos Garcia